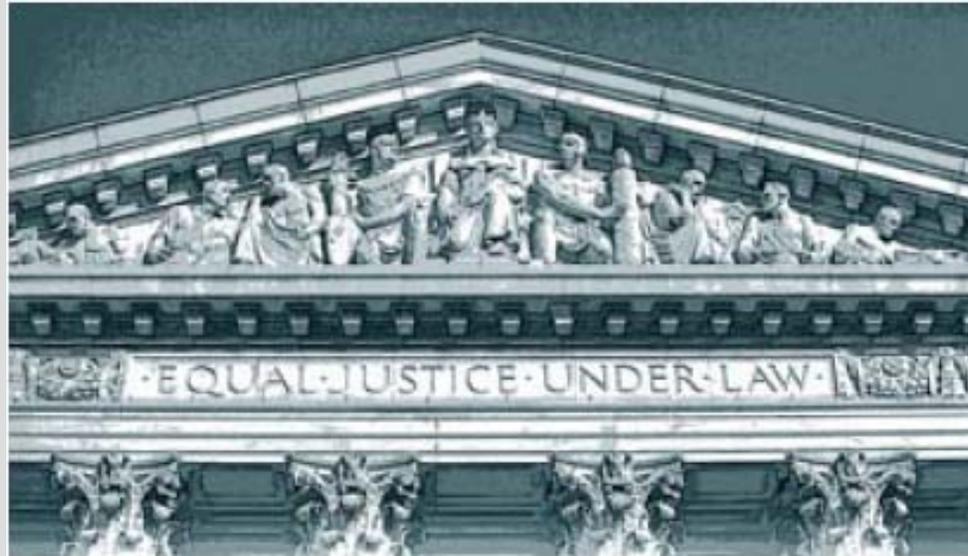


Escola Paulista de Magistratura



SISTEMA JURÍDICO NORTE-AMERICANO

6 DE DEZEMBRO DE 2006

Visão Geral



- Origem do Direito Norte-Americano na Common Law
- Fundamento Constitucional do Direito Norte-Americano
- Fundamento Constitucional do Judiciário Federal: Independência do Poder Judiciário
- Federalismo Norte-Americano: Divisão da Competência entre Justiça Federal e Estadual
- Competência Federal e Estadual
- Estrutura da Justiça Federal
- Organização da Justiça Estadual
- Formação e Prática Jurídica nos Estados Unidos
- Seleção e Nomeação de Juízes
- Administração da Justiça e Procedimentos Judiciais
- Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos

Origem do Direito Norte-Americano na *Common Law*



Common Law: sistema jurídico original da Inglaterra atualmente utilizado nos Estados Unidos fundamenta a formulação de princípios legais numa sucessão de decisões judiciais. Os Princípios da Common Law podem ser mudados pela legislação.

Stare decisis, ou precedente: uma decisão judicial num caso anterior com fatos e questões legais similares a uma disputa atualmente perante o tribunal. Juízes geralmente irão “seguir o precedente” – significa que eles utilizarão os princípios estabelecidos no caso anterior para decidir novos casos que tenha fatos similares e que levantes questões legais análogas. Um juiz desconsiderará o precedente se uma parte conseguir demonstrar que o caso anterior foi julgado erroneamente ou que difere de forma significativa do caso atual.

Fundamento Constitucional do Direito Norte-Americano



Art. 6º – Cláusula de Supremacia: Esta Constituição e as leis dela oriundas; . . .
constituirão a lei suprema do país; os juízes de todos os estados estarão a ela
sujeitos, . . .

- **Separação dos Poderes:** divisão do poder federal entre:
 - ❖ Legislativo,
 - ❖ Executivo, e
 - ❖ Judiciário.

Fundamento Constitucional do Direito Norte-Americano



- **Sistema de “freios e contrapesos”**: interdependência entre os 3 poderes para impedir que um poder oprima os outros. Exemplo:
 - ❖ Juízes Federais são nomeados pelo Presidente (Executivo) e confirmados pelo Senado (Legislativo).
 - ❖ Leis são aprovadas pelo Congresso, interpretados pelo Judiciário e executadas e cumpridas pelo Executivo.
 - ❖ O Congresso destina verba para o Judiciário Federal (significativamente menos que 1% do orçamento federal).

Fundamento Constitucional do Judiciário Federal: Independência do Poder Judiciário



Artigo 3º – O Poder Judiciário dos Estados Unidos será investido em uma Suprema Corte e nos tribunais inferiores que forem oportunamente estabelecidos por determinações do Congresso. Os juízes, tanto da Suprema Corte como dos tribunais inferiores, conservarão seus cargos enquanto bem servirem, e perceberão por seus serviços uma remuneração que não poderá ser diminuída durante a permanência no cargo.

Garantia da Independência do Judiciário:

- Juízes Federais nomeados são vitalícios – eles podem ser removidos do cargo somente por *impeachment* ou condenação pelo Congresso por “traição, suborno ou crimes e infrações graves”.
- Nem o Congresso ou o Presidente podem reduzir os vencimentos pagos aos Juízes Federais.

Federalismo Norte-Americano: Divisão da Competência entre Justiça Federal e Estadual



➤ Limites Constitucionais da Competência Federal:

- ❖ **Questões de Lei Federal:** todas as causas . . . surgidas sob a égide desta Constituição, da legislação dos Estados Unidos e dos Tratados . . .

Art. 1º § 8 – concede ao Congresso o poder de “regular o comércio com as nações estrangeiras, e entre os diversos estados . . .”

- ❖ **Casos de Competência Jurisdicional:** disputas entre cidadãos de dois estados diferentes
- ❖ **Constitucionalidade:** autoridade para determinar se uma lei viola a Constituição, e poder para declarar tal lei inválida

Federalismo Norte-Americano: Divisão da Competência entre Justiça Federal e Estadual



➤ Poderes Reservados aos Estados:

- ❖ **10ª Emenda** – Os poderes não delegados aos Estados Unidos pela Constituição, nem por ela negados aos Estados, são reservados aos Estados ou ao povo.

➤ Limites Constitucionais ao Poder dos Estados:

- ❖ **Artigo 6º** – impede que as leis estaduais contradigam a Constituição ou Lei Federal
- ❖ **Artigo 1º** – impede que Estados assinem tratados, emitam moeda, etc.
- ❖ **14ª Emenda** – Nenhum estado poderá . . . privar qualquer pessoa de sua vida, liberdade, ou bens sem o devido processo legal, ou negar a qualquer pessoa sob sua jurisdição a igual proteção das leis.

Competência Federal e Estadual



Áreas de Competência Federal

- **Questões Federais:** Cortes Federais podem decidir casos que envolvam
 - ❖ O governo dos Estados Unidos
 - ❖ A Constituição ou leis federais
 - ❖ Controvérsias entre estados ou entre o governo norte-americano e governos estrangeiros
- **Conflito de Competência Jurisdicional:** Casos envolvendo
 - ❖ Competência territorial – cidadãos de diferentes estados ou entre cidadão norte-americanos e de um outro país
 - ❖ Valor da causa deve ultrapassar \$75,000 (demandas inferiores a esse valor devem ser julgadas nas cortes estaduais)
 - ❖ Casos de conflito de competência jurisdicional também podem ser julgadas numa corte estadual
- **Falência**

Competência Federal e Estadual



Áreas de Competência Estadual

- Direito de Família: divórcio, custódia de filhos
- Inventário e herança
- Direito Imobiliário
- Criança e Adolescente
- Casos de crimes não federais
- Contratos
- Violação de trânsito
- Caso de danos pessoais

Estrutura da Justiça Federal



- **Tribunais Distritais Federais – Tribunais de Primeira Instância**
 - ❖ Competência sobre casos federais em material civil e criminal
 - ❖ 94 tribunais distritais federais: 1 ou mais em cada Estado, Distrito de Columbia, Porto Rico, Ilhas Virgens, Guam e Ilhas Mariana
 - ❖ Tribunal para o Comércio Internacional
 - ❖ Tribunal de Demandas Federais dos EUA
 - ❖ Tribunal de Falência é uma vara de cada tribunal federal de primeira instância

Estrutura da Justiça Federal



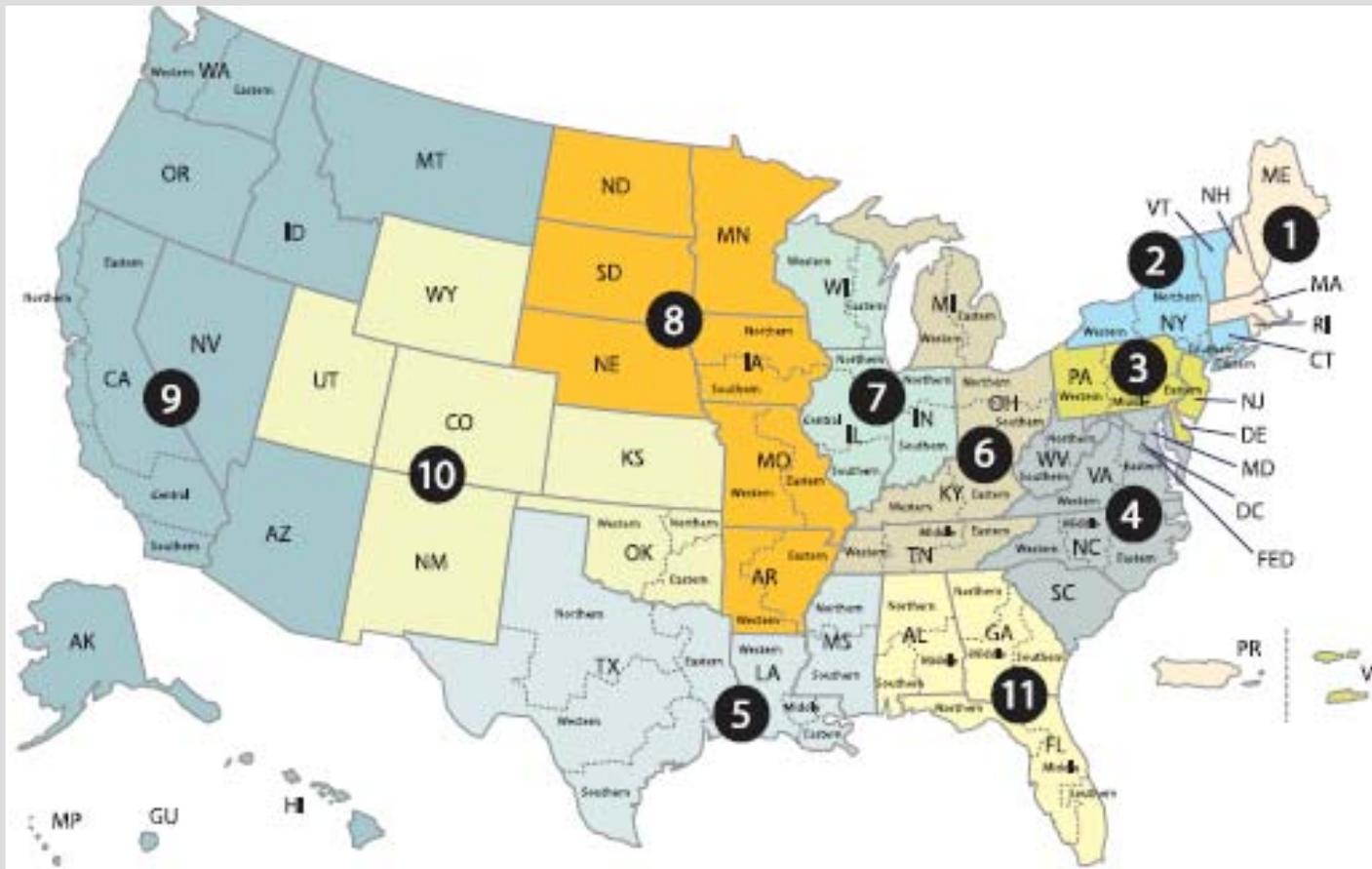
➤ Tribunais Regionais (*Circuit Courts*) – Tribunais de Apelação

- ❖ Distritos judiciários estão divididos em 11 circuitos regionais cada um com Tribunal de Apelações e um Circuito Federal
- ❖ Tribunal de Apelações recebe recursos dos tribunais de primeira instância localizados dentro do circuito, e apelações das decisões de órgãos administrativos federais
- ❖ Tribunal de Apelações do Circuito Federal recebe recursos do Tribunal para o Comércio Internacional, Tribunal de Demandas Federais, Escritório de Marcas e Patentes dos Estados Unidos, Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos, etc.



Estrutura da Justiça Federal

Limites Geográficos dos Tribunais de Recursos e dos Tribunais Distritais



Estrutura da Justiça Federal



➤ Suprema Corte dos Estados Unidos

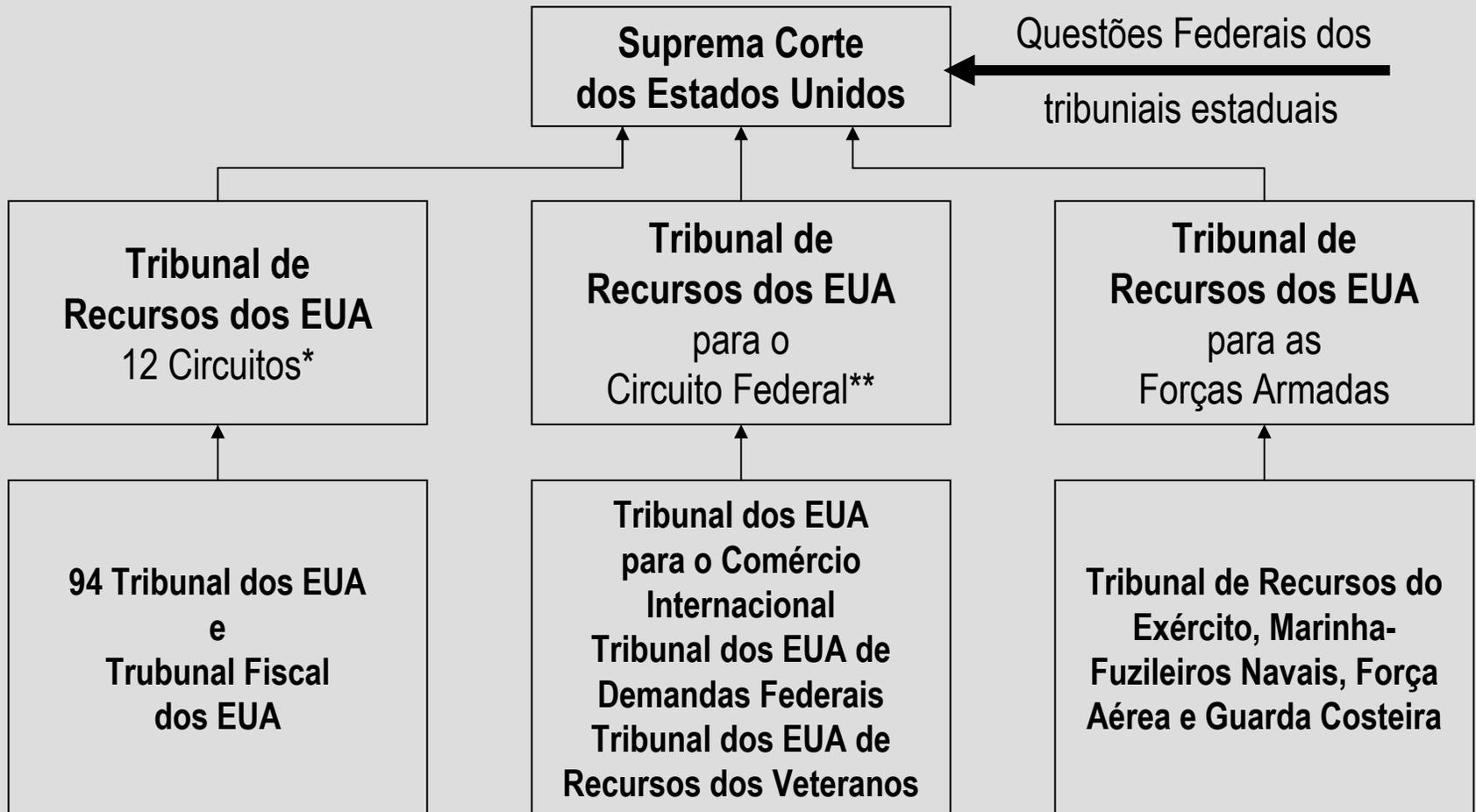
- ❖ Composição: Presidente e 8 Ministros
- ❖ Poder de decidir quais casos irão julgar: recurso extraordinário (certiorari)
- ❖ Competência para julgar casos dos tribunais federais e estaduais, envolvendo questões importantes sobre a Constituição e lei federal



Os nove membros da Suprema Corte dos EUA são mostrados acima. Sentados, da esq. para a direita: Ministros Antonin Scalia e John Paul Stevens; William Rehnquist, presidente; Ministros Sandra Day O'Connor e Anthony Kennedy. De pé, esq. para direita: Ministros Ruth Bader Ginsburg, David Souter, Clarence Thomas e Stephen Breyer



Estrutura da Justiça Federal



* Os 12 Tribunais de Recursos também recebem ações de várias agências federais

** O Tribunal de Recursos do Circuito Federal também recebe ações da Comissão de Comércio Internacional, do Conselho de Proteção do Sistema de Méritos, do Escritório de marcas e Patentes e do Conselho de Recursos Contratuais.

Organização da Justiça Estadual



- Todos os 50 Estados têm suas próprias constituições, leis e judiciários
- Mais de 17 milhões de novos casos entraram na primeira instância dos tribunais estaduais em 1998

Organização da Justiça Estadual



➤ Tribunais de Primeira Instância de Competência Limitada

- ❖ Processam a maior parte dos casos nos Estados Unidos
- ❖ Constituem aproximadamente 90% de todos os tribunais nos Estados Unidos
- ❖ Denominação dos tribunais variam de acordo com o estado: tribunais de pequenas causas, tribunais municipais, tribunais das cidades, tribunais dos condados, tribunais de menores, varas de família, etc
- ❖ Competência desses tribunais fica limitada a causas mais leves:
 - Ações Criminais: infrações e contravenções (ex., multas inferiores a \$1,000; prisões inferiores a um ano)
 - Ações Cívicas: pequenas causas (inferior a \$500), violações de trânsito, direito de família, direito da criança e adolescente

Organização da Justiça Estadual



➤ Tribunais de Primeira Instância de Competência Geral

- ❖ Principais tribunais de primeira instância, normalmente divididos em distritos ou circuitos judiciários de acordo com os limites políticos estaduais existentes
- ❖ Competência sobre casos criminais mais sérios (pena maior que 1 ano) e casos civís, bem como apelações de tribunais de primeira instância de competência limitada

Organização da Justiça Estadual



➤ Tribunais Recursais Intermediários Estaduais

- ❖ Tribunais de Recurso presente em 39 estados
- ❖ Objetivo é reduzir o volume de trabalho da última instância estadual

➤ Tribunais de Última Instância Estaduais

- ❖ Com várias denominações: suprema corte, tribunal de recursos, suprema corte judicial
- ❖ Tribunal de última instância para assuntos relacionados a lei estadual
- ❖ Nos estados com Tribunal Recursal Intermediário, o Tribunal de Última Instância tem a faculdade de aceitar ou não a apelação

Formação e Prática Jurídica nos Estados Unidos



- A formação jurídica compreende 4 anos de graduação, 3 anos de pós-graduação, para receber o grau JD (Juris Doctor) ou LLB (Bachelor of Laws)
- A prática da advocacia é concedida por cada estado ao candidato aprovado no exame de admissão realizado pelo próprio estado
- Após a graduação na escola de direito, os advogados realizam o exame de admissão nos estados que pretendem atuar: a admissão ao Bar (equivalente da Ordem do Advogados) geralmente permite a prática da advocacia nos Tribunais Distritais Federais localizados naquele estado
- Alguns estados permitem advogados licenciado em outros estados atuarem em seu território baseado na reciprocidade, e pagamento da taxa de licença
- Muitos estados obrigam os advogados a participar de cursos, especialmente relacionado à ética legal, para renovar a licença

Seleção e Nomeação de Juízes



➤ Artigo 3º – Juízes Federais e Ministros

- ❖ Ministros do Supremo Tribunal, Juízes Distritais Federais, e Desembargadores são nomeados pelo Presidente e confirmados pelo Senado
- ❖ Mandato vitalício
- ❖ Salários definidos pelo Congresso

Seleção e Nomeação de Juízes



- **Ética Jurídica: Código de Conduta para os Juízes dos Estados Unidos** fornece orientação em questões relacionadas à:
 - ❖ Integridade jurídica e independência
 - ❖ Diligência jurídica e imparcialidade
 - ❖ Autorização de atividades extra-judiciais
 - ❖ Falta de decoro ou presunção de falta de decoro

Seleção e Nomeação de Juízes



➤ Nomeação

- ❖ Nenhuma qualificação específica para se tornar juiz
- ❖ Na prática, a maioria dos juízes federais são advogados bem sucedidos do setor privados ou do governo, juízes estaduais, ou professores de direito
- ❖ Juízes estaduais servem por um mandato limitado: a continuidade no cargo é determinado através de eleições

Administração da Justiça e Procedimentos Judiciais



➤ Ações Criminais

- ❖ Promotores / Procuradores de Justiça
- ❖ Grande Júri
 - Consiste em 16-23 cidadãos que analisam as evidências de uma alegação criminal apresentadas pelos promotores e determinam se existe “causa provável” de que o indivíduo tenha cometido um delito
 - Pronúncia: a decisão do grande júri em ordenar o réu a comparecer em juízo baseada na determinação de que existe “causa provável” que justifica a ação

Administração da Justiça e Procedimentos Judiciais



➤ Ações Criminais

- ❖ Direito de Defesa: Defensores Públicos
- ❖ Direito a um julgamento rápido
 - 6ª Emenda à Constituição – garante o direito a um julgamento rápido
 - Lei da Agilidade nos Julgamentos de 1974 determina o prazo limite de até 100 dias – o julgamento deve ocorrer ou as acusações devem ser retiradas
- ❖ Direito a julgamento imparcial por júri
 - 6ª Emenda à Constituição – garante o direito a julgamento imparcial por júri
 - Jurados são selecionados de listas de eleitores registrados, listas de proprietários de carros, lista de telefones, etc.
 - Júri em casos criminais é composto de 12 jurados
 - Júri decide sobre questões de fato com orientação do juiz
 - A decisão do júri deve ser unânime

Administração da Justiça e Procedimentos Judiciais



➤ Ações Criminais

- ❖ Delação premiada
 - Mais de 90% dos réus alega culpa para diminuição da acusação ou redução da pena negociadas com o promotor, ao invés de ir à julgamento
- ❖ Ônus da prova: acima de qualquer dúvida

Administração da Justiça e Procedimentos Judiciais



➤ Ações Cívís

- ❖ Preparação para o julgamento: Procedimento Probatório (Discovery)
 - Depoimentos
 - Interrogatórios
 - Requisição de Documentos
- ❖ Honorários Advocatícios: Taxa de Contingência
- ❖ Acordo antes do julgamento
 - A maioria dos casos entram em acordo antes do julgamento

Administração da Justiça e Procedimentos Judiciais



➤ Ações Cívís

❖ Direito a julgamento por júri

- A 7ª Emenda à Constituição – garante o direito a júri em ações cívís
- As partes podem declinar o julgamento por júri
- O júri pode ser composto por menos de 12 jurados
- As partes podem aceitar decisão por maioria do júri

Administração da Justiça e Procedimentos Judiciais



➤ Ações Cívís

❖ Custo Processual

- Taxa de \$150 para entrar com ação civil
- Em ações civís, as partes são responsáveis por seus custos com advogados e peritos
- Em ações criminaís, o governo paga o custom da investigação e acusação, bem como os custos do defensor público se o réu for carente

Administração da Justiça e Procedimentos Judiciais



➤ Ações Cívís

❖ Regras Processuais para o Gerenciamentode Ações

- Regras Federais de Evidência
(<http://www.law.cornell.edu/rules/fre/>)
- Regras Federais de Processo Civil
(<http://www.law.cornell.edu/rules/frcp/>)
- Regras Federais de Processo Criminal
(<http://www.law.cornell.edu/rules/frcrmp/>)
- Regras de Falência
(<http://www.law.cornell.edu/rules/frbp/>)
- Regras Federais de Processo de Apelação
(<http://judiciary.house.gov/media/pdfs/printers/108th/appel2004.pdf>)

Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos



- A maioria dos casos civis são resolvidos sem julgamento
- As razões para métodos alternativos de resolução de conflitos
 - ❖ Custo processual
 - ❖ Lentidão de um processo judicial
 - ❖ Acúmulo de ações nos tribunais
 - ❖ Complexidade do caso

Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos



➤ Mediação

- ❖ Privado, processo confidencial
- ❖ Indivíduo imparcial auxilia as partes em desacordo a identificar e esclarecer questões e alcançar um consenso
- ❖ O mediador não atua como juiz
- ❖ A mediação é usada em situações onde as partes em desacordo tem alguma relação em progresso
- ❖ Divórcio, custódia de filhos, direito de visita
- ❖ Questões de danos pessoais
- ❖ Questões de direito de propriedade

Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos



➤ Arbitragem

- ❖ Ambas as partes em disputa escolhem um árbitro
- ❖ O árbitro decide a questão após ouvir ambas as partes em disputa
- ❖ Sem juiz ou júri
- ❖ A decisão pode ser vinculante às partes ou sujeito à apelação
- ❖ Mais rápido e menor custo que um julgamento – normalmente concluído em 4 meses ou menos usually completed in 4 months or less
- ❖ Normalmente utilizado em questões comerciais, empregatícias e de consumo



I - Institutional links

1. Administrative Office of the United States Courts (<http://www.uscourts.gov/>)
2. Supreme Court of the United of States (<http://www.supremecourtus.gov/>)
3. United States Court of Appeals for the Federal Circuit (<http://www.fedcir.gov/>)
4. United States Court of International Trade (<http://www.cit.uscourts.gov/>)
5. Federal Judicial Center (<http://www.fjc.gov/>)
6. Office of Justice Programs. U.S. Department of Justice (<http://www.ojp.usdoj.gov/>)
7. National Center for State Courts (<http://www.ncsconline.org/>)
8. U.S. Government Official Web Portal (<http://www.firstgov.gov/>)
9. American Bar Association (<http://www.abanet.org/about/home.html>)
10. The American Law Institute (<http://www.ali.org/>)
11. Cornell Law School Legal Information Institute (<http://www.law.cornell.edu/>)



II – General Information about the U.S. Judicial System

1. Outline of the U.S. Legal System (<http://usinfo.state.gov/products/pubs/legalotln/>)
2. InfoUSA -- Judicial Branch (<http://usinfo.state.gov/usa/infousa/politics/judbranc.htm>)
3. Library of Congress: Guide to Law Online (<http://www.loc.gov/law/guide/us.html>)
4. Understanding the Federal Courts (<http://www.uscourts.gov/understand02/>)
5. The Federal Court System in the United States: An Introduction for Judges and Judicial Administrators in Other Countries (<http://www.uscourts.gov/library/internationalbook-fedcts2.pdf>)
6. Facts about the American Judicial System (<http://www.abanet.org/media/factbooks/judifact.pdf>)
7. Federal Courts and What They Do ([http://www.fjc.gov/public/pdf.nsf/lookup/FCtsWhat.pdf/\\$file/FCtsWhat.pdf](http://www.fjc.gov/public/pdf.nsf/lookup/FCtsWhat.pdf/$file/FCtsWhat.pdf))



III – Professional and Judicial Conduct and Ethics

1. Center for Professional Responsibility. American Bar Association (<http://www.abanet.org/cpr/>)
2. Model Rules of Professional Conduct. American Bar Association (http://www.abanet.org/cpr/mrpc/mrpc_toc.html)
3. ABA Model Code of Judicial Conduct. American Bar Association. (<http://www.abanet.org/cpr/mcjc/home.html>)
4. Judicial ethics (http://www.law.cornell.edu/wex/index.php/Judicial_ethics#Federal_Material)
5. American Judicature Society's Center for Judicial Ethics (<http://www.ajs.org/ethics/>)



IV – Selected Legal Resource Materials

1. Constitution of the United States (<http://www.law.cornell.edu/constitution/index.html>)
2. United States Code (<http://uscode.house.gov/download/ascii.shtml>)
3. Federal Rules of Appellate Procedure (<http://judiciary.house.gov/media/pdfs/printers/108th/appel2004.pdf>)
4. Federal Rules of Civil Procedure (<http://www.law.cornell.edu/rules/frcp/>)
5. Federal Rules of Criminal Procedure (<http://www.law.cornell.edu/rules/frcmp/>)
6. Federal Rules of Evidence (<http://www.law.cornell.edu/rules/fre/>)
7. Federal Rules of Bankruptcy (<http://www.law.cornell.edu/rules/frbp/>)
8. Rules of the Supreme Court of the United States. May 2, 2005. 79p. (<http://www.supremecourtus.gov/ctrules/rulesofthecourt.pdf>)
9. Uniform Commercial Code (<http://www.law.cornell.edu/ucc/ucc.table.html>)

CONTACT



U.S. CONSULATE GENERAL – SÃO PAULO PUBLIC AFFAIRS SECTION

R. Henri Dunant, 700

04709-110 São Paulo, SP, Brazil

Tel: (55-11) 5186-7000 - Fax: (55-11) 5186-7299

E-mail: HellingLL@state.gov

www.consuladoamericanosp.org.br